



Jonathan Pratter

A instituição inclusiva:

o papel da biblioteca na era digital

Traduzido por Edilenice Passos e Marilúcia Chamarelli; revisto por Maria Isabel de A. F. B. Taveira

I. Introdução

Se conhecimento é poder, o que é informação? Deve ser poder em espera, conhecimento latente, poder a ser conquistado, conhecimento esperando ser descoberto, o que coloca as bibliotecas diretamente no círculo do conhecimento, pois o seu papel é, na verdade, coletar, preservar, organizar e tornar acessível a informação contida no mundo do conhecimento registrado.

Informação organizada é acessível, informação sem organização não é. Imagine uma sala cheia de livros espalhados pelo chão. Ninguém encontrará o que procura num conjunto tão aleatório de informações. Alguém poderá dizer que o Google recupera, instantaneamente, de forma precisa, uma informação na *World Wide Web*, que é extremamente desorganizada. Sim, mas também é verdade que o Google investe enormes recursos computacionais

para construir, e constantemente atualizar, um índice de milhões de sítios na *web*.

As bibliotecas são especialistas na organização da informação para que as pessoas possam encontrar o que procuram da maneira mais fácil possível. E o fazem *ex ante*, quer dizer, antes de saber quem irá procurar tal informação e antes de saber que tipo de informação a pessoa necessita.

“Tudo está na *World Wide Web* e pode ser encontrado por meio do Google”. As duas partes desta sentença são falsas. Se a primeira fosse verdadeira, por que então o Google estaria neste exato momento engajado numa ambiciosa, e até certo ponto quixotesca, tentativa de digitalizar uma vasta quantidade de livros? E quem são os parceiros do Google nessa empreitada? As bibliotecas, naturalmente. Para as bibliotecas, o *Google Book Search* é uma excelente oportunidade de dar maior visibilidade a uma parte de suas coleções e mostrar aos que buscam a informação que ela será encontrada apenas em material impresso e em nenhum outro lugar.

Antes de continuar, uma breve reflexão sobre dois problemas, que não são pequenos, relativos ao *Google Book Search*. O primeiro é o pesado etnocentrismo. Por exemplo, se alguém estiver pesquisando sobre João Guimarães Rosa, dos dez primeiros resultados (lembrando que o Google supostamente traz na primeira página os melhores resultados), sete serão trabalhos em inglês! O outro problema é o direito autoral. O Google está sendo processado por editoras que argumentam que o simples fato de digitalizar livros e armazenar seu conteúdo no servidor do Google é uma violação dos direitos autorais. E essa não é uma reclamação frívola.

A segunda parte da sentença citada mais acima é falsa devido ao fenômeno chamado *web*

profunda (*deep Web*), também conhecido como *web* invisível ou escondida. A *web* visível ou superficial é a parte que pode ser encontrada utilizando um buscador como o Google. A *web* profunda ou invisível é a parte que um buscador como o Google não pode recuperar. Há estimativas de que a *web* profunda é exponencialmente maior do que a superficial. Uma das razões é a existência de milhares de bases de dados disponíveis por meio da *web*, mas cujo conteúdo está bloqueado para os buscadores. Um bom exemplo é o catálogo *online* de acesso público de uma biblioteca. Ao menos pode-se encontrar, na *web*, boas definições sobre o fenômeno da *web* profunda (DEEP WEB, 2008; INVISIBLE..., 2008). E não, o Google definitivamente não é um substituto da biblioteca.

Estará a biblioteca ameaçada pelo fato de a mídia escrita estar em vias de desaparecer? Em 2008, foi publicado um artigo com o título de *Print is Dead: Books in our Digital Age*¹ (GOMEZ, 2008). Só que, este trabalho que profetiza o fim dos livros impressos, é um livro impresso!

A verdade é que hoje se publicam tantos livros quanto antes. Em 2007, apenas nos Estados Unidos, foram publicados 276.649 novos títulos e reedições (BOWKER, 2008). Este número surpreendente representa um desafio para as bibliotecas, que precisam equilibrar suas aquisições de livros com o aumento da disponibilidade dos recursos eletrônicos. Está claro que o crescimento de um não implica no declínio do outro. Parafraseando Mark Twain, as notícias sobre a extinção dos livros impressos têm sido enormemente exageradas.

Paradoxalmente, a leitura e a habilidade de ler estão em declínio, conforme demonstra um estudo recente (NATIONAL ENDOWMENT..., 2007). Os jovens, e até mesmo os estudantes universitários e jovens graduados, estão lendo menos. A compreensão



da leitura também está em declínio. As implicações sociais e econômicas desta preocupante tendência são significativas. Pessoas que lêem mal estão mais fadadas a abandonar a universidade e se tornarem desempregadas. Empregadores classificam a leitura como a maior deficiência em novas contratações. Por outro lado, bons leitores têm os melhores empregos e são civil e culturalmente mais engajados em suas comunidades. Historicamente, as bibliotecas têm desempenhado um papel de liderança na promoção da leitura e da alfabetização.

Atualmente, as bibliotecas estão trabalhando em um novo tipo de alfabetização: alfabetização em informação. Trata-se de um conjunto de habilidades pelas quais as pessoas reconhecem quando necessitam de informação, sabem como encontrá-la, como avaliar a informação encontrada e como utilizá-la (AMERICAN..., 2000; COIRO, 2008; COX e LINDSAY,, 2008).

As bibliotecas estão na linha de frente da batalha para construir sociedades alfabetizadas, em todas as dimensões. Boas bibliotecas ajudam a construir sociedades saudáveis e sociedades saudáveis constroem boas bibliotecas.

II. A biblioteca digital

O que são bibliotecas digitais? Uma resposta seria: trata-se de uma coleção *online* de objetos digitais, mas isso não é de grande ajuda. Uma definição melhor seria: trata-se de uma coleção coerente e organizada de recursos eletrônicos, geralmente acessíveis via *web*. Deve-se observar que o termo “recursos eletrônicos” é muito abrangente. Pode significar qualquer tipo de material em formato digital: arquivos de imagem, arquivos de texto, arquivos de vídeo ou ainda arquivos de multimídia. A categoria dos recursos eletrônicos pode ser dividida em duas subcategorias. A primeira constitui-se de

objetos que foram digitalizados a partir de materiais não-digitais. Um exemplo é o livro que foi escaneado. A segunda constitui-se de objetos que já “nasceram digitais”. Um bom exemplo é o conjunto de dados gerados por computador.

Atualmente, existem inúmeras bibliotecas digitais acessíveis na *web* sem qualquer custo. É importante ressaltar que foram as bibliotecas tradicionais que tomaram a liderança no planejamento, desenvolvimento e implementação de bibliotecas digitais, tanto que estas se tornaram um prolongamento natural dos serviços oferecidos pelas bibliotecas tradicionais.

Existem exemplos concretos de boas bibliotecas digitais. Não é necessário procurar muito para encontrá-los. Na *home page* da Biblioteca Digital do Senado Federal está descrito que sua função é coletar, preservar, disseminar e prover acesso, na forma digital, à produção intelectual do Senado Federal e de seus funcionários (BIBLIOTECA DIGITAL DO SENADO FEDERAL). Essa biblioteca digital possui oito partes principais. A parte chamada *Produção Institucional* reúne a coleção digital de dez diferentes órgãos, dentre eles as Comissões Permanentes e a Consultoria Legislativa. Nesta última, o pesquisador encontrará o texto integral em PDF de vários números da série *Textos para Discussão*. Desnecessário dizer que sem a Biblioteca Digital do Senado Federal, o público não teria acesso a essa valiosa coleção.

A Biblioteca Digital Rui Barbosa, do Supremo Tribunal Federal (STF), coloca à disposição da sociedade o acesso eletrônico à coleção completa dos trabalhos de Rui Barbosa, permitindo a pesquisa no texto integral de todos os 137 volumes da coleção (RUI BARBOSA...). Esse é apenas um dos serviços oferecidos pela Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal, do STF.

A Biblioteca Digital Jurídica, conhecida como BDJUR, do Superior Tribunal de Justiça, diz em sua *home page* que é uma iniciativa de acesso livre à informação. Sua missão é prover livre acesso à informação jurídica de interesse da sociedade, no formato digital e em texto integral. No repositório é possível encontrar doutrina, legislação e jurisprudência, assim como palestras, discursos, teses e outros materiais pertinentes à atividade judicante.

Note-se que os termos “biblioteca” digital e “repositório” digital são utilizados *quase* como sinônimos. Os significados se sobrepõem, mas não são exatamente congruentes. O repositório digital é definido como o sistema de computador “onde o conteúdo digital é armazenado e pode ser pesquisado e recuperado” (JOINT..., 2005). Assim, a biblioteca digital é um tipo de repositório digital. A principal diferença é que o primeiro enfatiza o acesso público, enquanto o outro enfatiza a preservação a longo prazo. Os termos são funcionalmente equivalentes porque oferecem uma interface baseada na *web* visando o usuário final.

Agora que sabemos o que é considerada uma boa biblioteca digital, podemos indagar o que *faz* uma biblioteca digital ser considerada boa. Este não é um artigo técnico. Nosso propósito é simplesmente demonstrar o tipo de planejamento e de esforços que conduziram as bibliotecas para a era digital. Uma abordagem clara e simples é o exame rápido dos poucos princípios estabelecidos em *A Framework of Guidance for Building Good Digital Collections* (NATIONAL INFORMATION..., 2007).

Princípio 1 – Coleção: uma boa coleção digital é criada de acordo com uma política explícita de desenvolvimento de coleções. Os desenvolvedores de coleções digitais devem conhecer a instituição mantenedora da coleção e saber como esta poderá dar apoio e promover o trabalho da instituição. A Biblioteca Digital da Califórnia fez um ótimo trabalho nessa área (CDLib, 2006). Até a aparentemente simples atividade de selecionar o material a ser digitalizado

requer planejamento. Veja, por exemplo, a obra *University of California Selection Criteria for Digitization* (UNIVERSITY..., 2004).

Princípio 2 – Objetivos: um bom objetivo digital é a preservação. Em outras palavras, o objetivo digital não irá criar barreiras desnecessárias à acessibilidade no decorrer do tempo, apesar do surgimento de novas tecnologias. Sobre este assunto, ver o sítio *Sustainability of Digital Formats – Planning for Library of Congress Collections* (DIGITAL FORMATS WEBSITE).

Princípio 3 – Metadados: bons metadados utilizam controle de autoridade e padronização do conteúdo para a descrição de objetos e associação de objetos relacionados.

Os bibliotecários entenderão essa afirmação, mas os leitores leigos não. Primeiro, o que significa o termo “metadados”? Geralmente são definidos como sendo dados sobre dados. Dando-se um bom exemplo, será mais fácil fixar o conceito. O conteúdo de um livro é dividido em capítulos. O sumário é metadado do conteúdo, bem como o índice de assunto, apesar de estruturado de forma diferente. Assim, metadado é a informação estruturada que descreve, recupera - ou pelo menos faz com seja mais fácil recuperar -, usa ou administra a informação.

O uso comum de padrões de metadados promove o compartilhamento da informação por plataformas entre várias bibliotecas digitais. Também é chamado de interoperabilidade. Para aqueles que querem saber mais, excelentes discussões sobre metadados estão disponíveis na *web* (GILL, 2008; NATIONAL INFORMATION..., 2004).

Alguém pode dizer que os metadados são desnecessários, basta deixar que o computador recupere a informação. Esse argumento pode ser válido se o conteúdo for textual, mas a maioria das bibliotecas digitais possui coleções com materiais não-textuais: arquivos de imagem, vídeo, som, dentre outros. Sem a “camada” de metadados bem construída para cada material digital, seria impossível pesquisar em uma biblioteca digital. Um exemplo perfeito é a Cuneiform Digital Library Initiative

(...) um bom objetivo digital é a preservação. Em outras palavras, o objetivo digital não irá criar barreiras desnecessárias à acessibilidade no decorrer do tempo, apesar do surgimento de novas tecnologias.

(CDLI). Quando concluída, será uma biblioteca *online* de imagens fotográficas ou desenhos das tábuas cuneiformes mantidas em museus e bibliotecas em todo o mundo. Na verdade, ainda não foi inventado o *software* ou teclado que permitirá a pesquisa direta no conteúdo das tábuas cuneiformes. Uma vez que cada objeto na biblioteca digital está associado a bons metadados, pode-se fazer pesquisas tais como: Período=Babilônico antigo, ou Origem=Ninevah, ou Gênero=Jurídico.

Para serem úteis, os metadados têm que ser estruturados de acordo com “esquemas”. Existem várias possibilidades de esquematização. A que permite uma larga implementação do propósito de descrever materiais digitais é chamada de Dublin Core (DUBLIN... ; ALVES, 2007). Para finalizar este tópico: um dos elementos-chaves em qualquer esquematização de metadados é o “assunto”. É onde se encontra descrito o conteúdo substantivo do material digital. A prática mais adequada é que a descrição seja feita de acordo com um vocabulário controlado ou um tesouro. As bibliotecas têm desenvolvido e utilizado vocabulários controlados e tesouros por décadas (LIBRARY OF CONGRESS, BIBLIOTECA NACIONAL, HLTP). Vemos agora esta habilidade institucional ser altamente requisitada na era digital. As bibliotecas não são apenas as precursoras da era digital; também estão participando ativamente dela.

III. O movimento do Livre Acesso

Num paradigma obsoleto, as bibliotecas gastam seus escassos recursos para construir coleções compostas por periódicos científicos caros, nos quais os pesquisadores confiam para realizar as pesquisas, cujo resultado será publicado em periódicos científicos caros, adquiridos pelas bibliotecas com seus escassos recursos. Esse modelo de publicação acadêmica é um círculo vicioso insustentável sob o ponto de vista das bibliotecas. Editoras comerciais, um pequeno número de corporações multinacionais, em particular, obtêm enormes lucros por sua participação no círculo da comunicação científica.

Na verdade, o aumento vertiginoso dos preços dos periódicos é a origem da crise atual.

Um novo paradigma de publicações acadêmicas está ganhando adesões (BUDAPEST, 2002; BETHESDA, 2003; BERLIN, 2003; INTERNATIONAL..., 2004; INTERNATIONAL..., 2005; BRASIL, 2006). É chamado de Livre Acesso (AL)². O maior impulso para o Livre Acesso vem dos próprios acadêmicos, cansados do fato de dependerem da operação de mecanismos de mercado disfuncionais para disseminação dos seus trabalhos.

No âmago do Livre Acesso está a idéia de que a informação científica deveria ser um bem público. A informação científica já satisfaz uma das condições porque é “não rival”. Em outras palavras, o fato de uma pessoa utilizar uma determinada informação não reduz a capacidade de outra pessoa utilizá-la também. Um exemplo clássico é o farol. Um navio pode utilizar o farol sem que a quantidade de serviços destinados a outro navio diminua. Mas, a informação científica não preenche uma outra condição porque é “excluível” - as pessoas não podem ser proibidas de utilizá-la. Um bem público é “não-excluível”. Ele é como o ar para ser utilizado. O que faz a informação científica ser

As bibliotecas não são apenas as precursoras da era digital; também estão participando ativamente dela.

excluível é o direito de propriedade intelectual. Contudo, o Livre Acesso não é um ataque à propriedade intelectual em geral. Ao contrário, faz uma afirmação específica: a comunicação científica é diferente de outros tipos de trabalho intelectual. É a expressão da aprendizagem, do conhecimento em seu estado puro. É como o ar para as mentes e tem a obrigação de ser livre para todo tipo de uso responsável. O Livre Acesso procura conciliar todos os interesses nessa equação. Isto está bem expresso no sítio de uma das organizações que lideram o campo do Livre Acesso (Creative Commons): “Equilíbrio, compromisso e moderação – forças que anteriormente norteavam o sistema de direito autoral que valorizava, igualmente, a inovação e a proteção – tornaram-se espécies em extinção. Creative Commons está trabalhando para revivê-

las. Usamos direitos privados para criar bens públicos: trabalho criativo liberado para certos tipos de uso.”

O desenvolvimento recente mais dramático em Livre Acesso ocorreu na Universidade de Harvard. Em primeiro lugar, a Faculdade de Artes e Ciências adotou a política de Livre Acesso integral às publicações de autoria dos professores. Harvard irá hospedar artigos científicos em um repositório de Livre Acesso, tornando-os disponíveis para todos gratuitamente (HARVARD, 2008). A Harvard Law School adotou sua própria política de livre acesso (HARVARD LAW SCHOOL, 2008). O paradigma está claramente mudando e essa movimentação não acontece só nos Estados Unidos. Para confirmar este fato, basta consultar a lista internacional de periódicos de livre acesso disponível no sítio do Public Knowledge Project (PKP). As bibliotecas desempenham um papel essencial no admirável mundo novo do livre acesso à comunicação científica. Serão promotoras de Livre Acesso às publicações, serão, elas próprias, editoras de Livre Acesso, e organizarão e preservarão, a longo prazo, o Livre Acesso às informações.

IV. A instituição inclusiva

As instituições têm valores? As instituições agem por intermédio das pessoas, e as pessoas têm valores. Os bibliotecários certamente acreditam que as bibliotecas mantêm, ou lutam, por valores. A Associação Americana de Bibliotecas (American Library Association) identificou valores “essenciais” para as bibliotecas (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2004), que são:

- Acesso;
- Confidencialidade / Privacidade;
- Democracia;
- Diversidade;
- Educação e educação continuada;
- Liberdade intelectual;
- Preservação;
- Bem público;
- Profissionalismo;
- Serviço; e
- Responsabilidade social.



Foto: Piotr Bizio / SXC

É uma lista impressionante, mas não há espaço neste ensaio para elucidar todos os itens. A Inclusão não foi explicitamente mencionada, mas está fortemente implícita em vários valores essenciais listados. Vamos examinar alguns deles rapidamente.

Acesso – todas as fontes de informação oferecidas pela biblioteca, independente da tecnologia ou do formato, devem estar disponíveis, de forma imediata, igual e eqüitativa, para todos os seus usuários. Isto faz com que a biblioteca seja inclusiva, isto é, não-discriminatória na maneira como oferece seus serviços.

Diversidade – valorizamos a diversidade de nossa nação e nos empenhamos em retratá-la oferecendo uma gama completa de recursos e serviços prestados à comunidade.

Responsabilidade social – é definida em termos da contribuição que as bibliotecas oferecem para melhorar ou resolver problemas críticos da sociedade, apoiar ações visando informar e educar as pessoas sobre estes problemas e encorajá-las a examinar os fatos e os vários pontos de vista de cada um. Estes dois valores refletem a idéia de que a biblioteca não deve apenas assegurar a inclusão, mas também promover a inclusão social. Temos aqui dois exemplos concretos de como as bibliotecas estão fazendo isso.

O primeiro é a contribuição das bibliotecas diminuindo o fosso digital. Muitas bibliotecas públicas possuem programas para tornar os computadores e a *web* disponíveis gratuitamente para o público. Mas qualquer um pode ter acesso aos computadores e à *web*? A pessoa precisa apenas ir a uma biblioteca pública para ver que a resposta é negativa. A fila para usar os computadores com acesso à Internet é sempre longa.

Na nossa própria biblioteca, demos um passo à frente. Empréstamos *notebooks* para os alunos de Direito. Alguém pode pensar que todos os estudantes de Direito já possuem seu próprio computador. Mas isto não é verdade. Muitos estudantes não podem comprar seu próprio computador. É por isso que a biblioteca começou a empréstá-los para os estudantes.

Um exemplo mais aperfeiçoado é o Bib Inclusão. Trata-se de um projeto da biblioteca do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Por meio do Bib Inclusão, alunos carentes de Direito têm a oportunidade de utilizar a biblioteca do STJ para suas

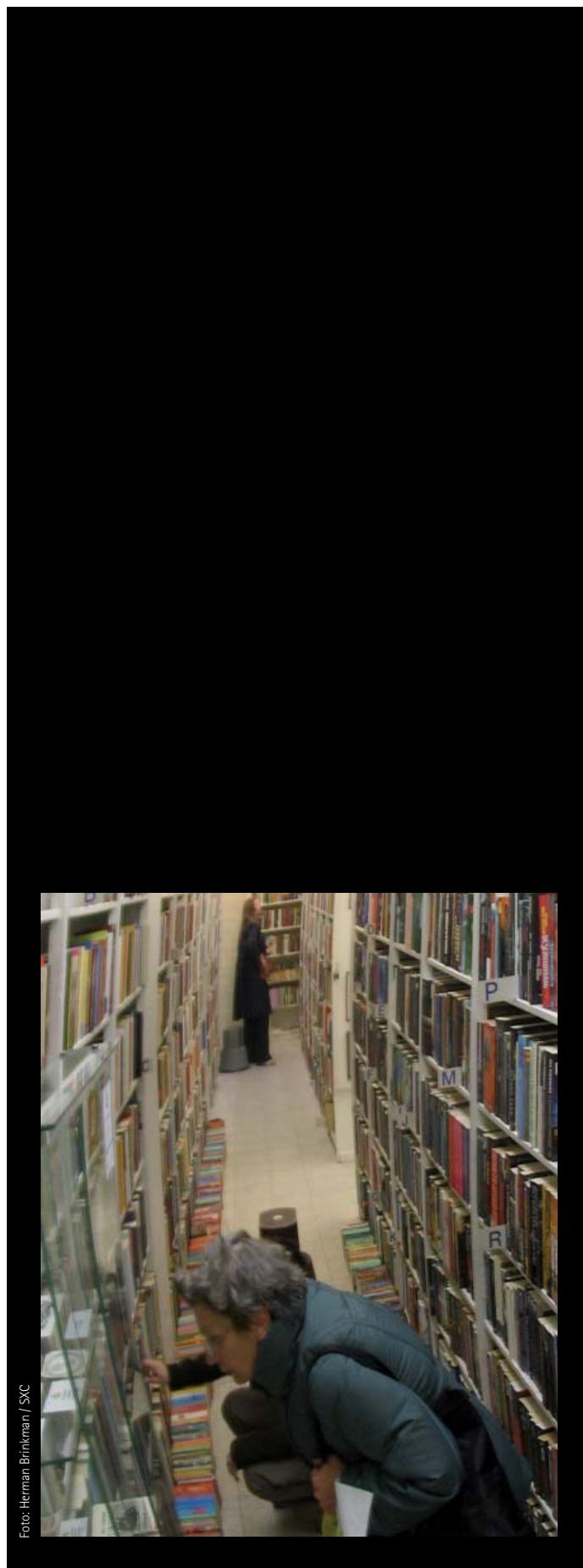


Foto: Herman Brinkman / SXC

pesquisas (VAZ *et al.*, 2007). Trata-se de um exemplo do papel social de uma biblioteca especializada. O Bib Inclusão é uma ação afirmativa em favor da inclusão social.

V. Conclusão

Na era digital, as bibliotecas irão não apenas durar, mas florescer (GORMAN, 2003). São espaços conjuntos de ações afirmativas destinadas a cumprir o papel essencial que as bibliotecas sempre desempenharam. A biblioteca é a instituição que, por excelência, se empenha em colocar a informação, sob todas as formas, à disposição de qualquer um que a procure. Trata-se de uma instituição inclusiva.

Referências bibliográficas

ALVES, M.; Souza, M.I. Estudo de correspondência de elementos metadatos: Dublin Core e MARC21. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência de Informação*, v. 4, n. 2, p. 20-38, 2007. Disponível em: <<http://server01.bc.unicamp.br/seer/ojs/viewarticle.php?id=94&tlayout=abstract>>.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. *Core values of librarianship*. Chicago, 2004. Disponível em: <<http://acrl.org/ala/oif/statementspols/corevaluesstatement/corevalues.cfm>>.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Association of College and Research Libraries. *Information Literacy Competency Standards for Higher Education*. Chicago : ALA, 2000. 20p. Disponível em: <<http://www.ala.org/ala/acrl/acrlstandards/standards.pdf>>.

BDJUR : Biblioteca Digital Jurídica. Mantida pela Coordenadoria da Biblioteca Digital, do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace>>.

BIBLIOTECA Digital do Senado Federal. Mantida pela Biblioteca do Senado Federal. Apresenta documentos de interesse do Poder Legislativo, em formato digital. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf>>.

BOWKER Reports U.S. Book Production Flat in 2007. New Providence, New Jersey, 2008. Disponível em: <<http://www.bowker.com/index.php/press-releases/526>>.

BERLIN Declaration on Open Access to Knowledge (2003). Disponível em: <<http://oa.mpg.de/openaccess-berlin/berlindeclaration.html>>.

BETHESDA Statement on Open Access Publishing (2003). Disponível em: <<http://www.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>>.

BUDAPEST Open Access Initiative (2002). Disponível em: <<http://www.soros.org/openaccess/read/shtml>>.

CDLI : Cuneiform Digital Library Initiative. Projeto da University of California e Max Planck Institute for the History of Science. Disponível em: <<http://cdli.ucla.edu>>.

CDLib : California Digital Library. *Collection development process*. 2006. Disponível em: <<http://www.cdlib.org/inside/collect>>.

COIRO, J. et al. (editor). *Handbook of research on new literacies*. New York: Lawrence Erlbaum Associates/Taylor & Francis Group, 2008.

COX, C.N. ; LINDSAY, E.B. *Information literacy instruction handbook*. Chicago: Association of College and Research Libraries, 2008.

CREATIVE Commons. Disponível em: <<http://creativecommons.org/about>>.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Catálogo de terminologia de assuntos*. Base de dados de cabeçalhos de assunto. Disponível em: <<http://www.bn.br/site/default.htm>>.

BRASIL. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia. Declaração de Florianópolis. Florianópolis, 2006. Disponível em: <www.bvs-psi.org.br/DeclFlor.pdf>.

DUBLIN Core Metadata Initiative. Disponível em: <<http://www.dublincore.org>>.

DEEP WEB. *Wikipedia*. 2008. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Deep_web>.

DIGITAL FORMATS WEBSITE. Sustainability of Digital Formats : Planning for Library of Congress Collections. Disponível em: <<http://www.digitalperservation.gov/formats>>.

GILL, T.; GILLILAND, A.J.; WOODLEY, M.S. *Introduction to metadata: pathways to digital information*. Online Version 2.1. Los Angeles : J. Paul Getty Trust, 2008?. Disponível em : <http://www.getty.edu/research/conducting_research/standards/intrometadata>.

GOMEZ, J. *Print is dead: Books in our digital age*. London : Macmillan, 2008.

GORMAN, M. *The enduring library: technology, tradition, and the quest for balance*. Chicago: American Library Association, 2003.

HARVARD UNIVERSITY. Faculty of Arts and Sciences. *Harvard to collect, disseminate articles for Faculty* : Legislation designed to allow greater worldwide access. Cambridge, Massachusetts, 2008. Disponível em: <http://www.fas.harvard.edu/home/news_and_events/releases/scholarly_02122008.html>.

HARVARD LAW SCHOOL. (2008). *Harvard Law Faculty votes for open access to scholarly articles*. Cambridge, Massachusetts, 2008. Disponível em: <http://www.law.harvard.edu/news/2008/05/07_openaccess.php>.

HILT : High-Level Thesaurus Project. Desenvolvido pela University of Strathclyde. Disponível em: <<http://hilt.cldr.strath.ac.uk>>.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. *IFLA Statement of Open Access to Scholarly Literature and Research Documentation*. Chicago, 2004. Disponível em: <<http://www.ifla.org/V/cdoc/open-access04.html>>.

INTERNATIONAL SEMINAR ON OPEN ACCESS. Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto. Salvador, 2005. Disponível em: <<http://www.icml.org/public/documents/pdf/pt/Dcl-Salvador-AcessoAberto-pt.pdf>>.

INVISIBLE or Deep Web: What it is, Why it exists, How to find it, and Its inherent ambiguity. University Berkeley, 2008. Disponível em: <<http://www.lib.berkeley.edu/TeachingLib/Guides/Internet/InvisibleWeb.html>>.

JOINT INFORMATION SYSTEMS COMMITTEE. Digital Repositories helping universities and colleges. Bristol, Inglaterra, 2005. Disponível em: <http://www.jisc.ac.uk/uploaded_documents/HE_repositories_briefing_paper_2005.pdf>.

LIBRARY OF CONGRESS. Library of Congress Authorities. Base de dados que contém cabeçalhos de assuntos para assuntos, nomes, no formato MARC. Disponível em: <<http://authorities.loc.gov>>.

NATIONAL ENDOWMENT FOR THE ARTS. *To read or not to read: A question of national consequence*. Washington, 2007. (Research Report, 47). Disponível em: <<http://www.nea.gov/research/ToRead.pdf>>.

NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION. *Understanding Metadata*. Bethesda, 2004. Disponível em: <<http://www.niso.org/publications/press/UnderstandingMetadata.pdf>>.

NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION. *A framework of guidance for building good digital collections*. 3. ed. Bethesda, 2007. Disponível em : <<http://www.niso.org/publications/rp/framework3.pdf>>.

VAZ, Heloíse Simone Nogueira; LOUREIRO, Josiane Cury Nasser; CARVALHO, Rosa Maria de Abreu. *Bib Inclusão: O Acesso à Biblioteca do STJ pelos alunos de baixa renda do curso de Direito da UNB*. Brasília, 2007. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/dspace/bitstream/2011/16798/1/BIB_Inclus%C3%A3o_Acesso_Abreu_Loureiro_Vaz.pdf>.

PKP. Public Knowledge Project. Disponível em: <<http://pkp.sfu.ca/ojs-journals>>.

RUI Barbosa Biblioteca Digital. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br/portal/biblioteca/pesquisarBibliotecaDigital.asp>>.

UNIVERSITY OF CALIFORNIA LIBRARIES. *University of California Selection Criteria for Digitization*. California, 2004. Disponível em: <<http://libraries.universityofcalifornia.edu/cdc/pag/digselec.html>>.

1 NdT : *A impressão morreu : os livros na era digital*.

2 NdT : do inglês *Open Access* (OA).



Jonathan Pratter é bibliotecário especialista em Direito Internacional e Estrangeiro, Jamail Center for Legal Research - Tarlton Law Library, University of Texas School of Law, EUA.